



MINISTÉRIO DA CULTURA
Coordenação-Geral de Governança Audiovisual
MinC/SAV/DFIA/CGGAV

Edifício Venâncio, 9º Andar, Bloco B-50, Setor Comercial Sul, Quadra 8 - Bairro Asa Sul, Brasília/DF,
CEP 70333-900

ATA DE REUNIÃO

Aos 25 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 16h00, em sua Sede no Edifício Venâncio, 9º Andar, Bloco B-50, Setor Comercial Sul, Quadra 8, Bairro Asa Sul, Brasília/DF, realizou-se **Reunião de Trabalho com os Membros de Governo do Conselho Superior de Cinema (CSC)**, com pauta sobre a **Agenda Interministerial do Conselho Superior do Cinema**, sob a coordenação da **Secretária do Audiovisual, Sra. Joelma Gonzaga**, e o comparecimento dos(as) conselheiros(as) representantes do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Casa Civil, Ministério do Planejamento e Orçamento, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, bem como de dirigentes e servidores da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Registraram-se, ainda, as presenças da Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual, Sra. **Renata Magioli Santos**, da Diretora de Preservação e Difusão Audiovisual, Sra. **Daniela Santana Fernandes**, e dos demais participantes constantes na lista de presença.

Em sua fala inicial, a Secretária do Audiovisual destacou a relevância do Conselho Superior de Cinema (CSC) como instância colegiada estratégica de governança do setor audiovisual brasileiro, ressaltando que o momento é de consolidação de políticas estruturantes e de reafirmação do compromisso do Governo Federal com o fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual.

A Secretária enfatizou ainda a importância da cerimônia de nomeação e recondução dos membros do CSC para o mandato do biênio 2025-2027, marcada para o dia 03 de outubro de 2025, evento que simboliza a renovação do compromisso institucional e a valorização da diversidade de representações que compõem o Conselho.

Ao abordar o cenário atual, Secretária Joelma Gonzaga relembrou conquistas recentes do audiovisual brasileiro, citando a presença de produções nacionais em premiações internacionais, como o Oscar, e em festivais de prestígio mundial, o que evidencia a qualidade e a vitalidade do cinema brasileiro contemporâneo. Ressaltou, nesse contexto, a necessidade de continuidade das políticas públicas implementadas, reforçando que a manutenção das ações iniciadas e em planejamento pelo do atual Governo será fundamental para garantir a estabilidade e o avanço das iniciativas voltadas ao setor.

Foi apresentada, pela **Coordenadora-Geral de Governança Audiovisual, Renata Magioli Santos**, uma proposta de mudança metodológica nas atividades do Conselho Superior de Cinema, com o objetivo de aprimorar e ampliar o processo de discussão e deliberação das pautas.

A proposta consiste na criação de reuniões preparatórias antes das reuniões deliberativas e criação de uma agenda de trabalho. Nessas reuniões

iniciais, será feita a apresentação pela Secretaria do Audiovisual (SAv) do tema a ser tratado nas reuniões deliberativas ordinárias, de modo a proporcionar um maior preparo e aprofundamento das discussões.

Como parte desse novo formato, está prevista a realização de ciclos de debates com a participação de membros do Conselho, profissionais convidados e especialistas sobre o tema em pauta. Esses convidados terão o papel de inspirar e orientar o início do bloco temático, contribuindo com reflexões e perspectivas que servirão de base para o trabalho dos conselheiros.

A metodologia proposta prevê a seguinte sequência de encontros:

- Reunião de trabalho preparatória e contextualização do tema;
- Reunião preparatória de aprofundamento, destinada à análise mais detalhada do tema;
- Reunião deliberativa trimestral, na qual os conselheiros, já familiarizados com o tema, estarão melhor instruídos para deliberar de forma qualificada.

Essa nova dinâmica visa garantir o aprofundamento da reflexão e tomada de decisão sobre cada assunto a ser tratado pelo Conselho.

Foi informado, ainda, que juntamente com a convocação para a reunião do dia 03 de outubro, foi encaminhada uma proposta de Plano de Trabalho e Cronograma de Reuniões do Conselho, de modo a que todos os conselheiros tivessem acesso prévio ao material.

A **Secretária do Audiovisual, Joelma Gonzaga**, complementou, ressaltando que, além do trabalho do plenário, há uma intenção de aproximar as pautas do Conselho nas agendas dos diferentes ministérios que o compõem. A proposta parte do reconhecimento de que há temas convergentes entre o Ministério da Cultura e outras pastas, como, por exemplo, o Ministério da Educação, que trata da regulamentação do conteúdo audiovisual nas escolas, uma pauta de forte aderência à política cultural.

Destacou, também, que essa integração deve ocorrer de forma bidirecional: os ministérios podem tanto trazer contribuições ao Conselho quanto receber propostas oriundas das discussões no âmbito do Colegiado.

Para fortalecer essa interação, foi elaborada uma agenda de pautas interministeriais, denominada **Agenda Interministerial do Conselho Superior de Cinema**. Essa agenda tem o propósito de sistematizar os temas comuns e promover encontros específicos entre os representantes governamentais, de modo a estreitar laços institucionais e aperfeiçoar a articulação dos membros de Governo sobre as políticas a serem discutidas no Conselho.

Por fim, foi sugerido que, a cada novo bloco temático, sejam realizadas reuniões exclusivas com os representantes do governo, para avaliar os avanços e alinhar as estratégias relacionadas às pautas da agenda interministerial conduzida pela SAv.

O **Conselheiro Anderson Quack, representante do Ministério do Planejamento e Orçamento(MPO)**, informou que a Pasta, sob a liderança da Ministra Simone Tebet, está coordenando o projeto Rotas de Integração Sul-Americana. Destacou que há interesse em incluir o setor audiovisual nas rotas de integração, assim como já ocorre com iniciativas do Ministério do Turismo e do Ministério dos Povos Indígenas, ressaltando o potencial de articulação conjunta entre

as pastas.

Em seguida, o conselheiro relatou sua participação, em representação do Ministério do Planejamento e Orçamento, no Festival de Cinema “Um País Chamado Fronteira”, realizado em Ponta Porã (MS), na fronteira com Pedro Juan Caballero (Paraguai). Informou que o evento contou com a presença de representantes do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Mato Grosso do Sul, e resultou na elaboração de uma Carta de Intenções de Cooperação Brasil-Paraguai voltada à área audiovisual, e mencionou que assumiu a função de ponto focal para encaminhar a referida carta ao Conselho Superior de Cinema, com o objetivo de promover o debate entre os conselheiros governamentais.

Relatou ainda ter entrado em contato com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), após ser informado, durante o festival, sobre a existência de um Acordo do Mercosul Audiovisual. Esclareceu que o acordo de fato existe, mas encontra-se atualmente em tramitação no Congresso Nacional, sem avanços recentes, embora tenha havido movimentação no Paraguai sobre o mesmo tema.

Por fim, o conselheiro sugeriu que tais pautas sejam incluídas na agenda do Conselho Superior de Cinema, caso ainda não estejam contempladas, agradecendo a atenção da Secretária Joelma Gonzaga e dos demais participantes.

Em sequência, o conselheiro **Eduardo de Araujo Nepomuceno, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)**, informou que atua como coordenador da Política de Classificação Indicativa e destacou a importância de incluir esse tema nas discussões do Conselho Superior de Cinema. Ressaltou que se trata de uma política intersetorial, que impacta diretamente em diversos segmentos do setor audiovisual, como televisão, cinema, jogos eletrônicos e novas tecnologias, incluindo a TV 3.0.

O conselheiro lembrou que a Classificação Indicativa é um instrumento de proteção à criança e ao adolescente, e deve estar presente em todos os produtos audiovisuais disponibilizados ao público. Explicou que muitos serviços de streaming já seguem a legislação brasileira sobre o tema e que os que ainda não a cumprem estão em tratativas com o Ministério Público para se adequar.

Apontou, contudo, a ausência de discussões mais amplas sobre o assunto nos debates do Conselho, especialmente diante dos desafios para regulamentar novas modalidades de exibição de conteúdo, como o streaming. Enfatizou a necessidade de que toda a cadeia produtiva do audiovisual compreenda o funcionamento e a importância da classificação indicativa, uma vez que ela influencia diretamente aspectos econômicos e operacionais do setor.

Como exemplo, mencionou que a alteração da faixa etária de uma obra pode reduzir o número de salas de exibição disponíveis, afetando o desempenho comercial de produções cinematográficas. Além disso, destacou a dificuldade de capacitação dos profissionais do setor, como produtores e roteiristas, para que compreendam como o conteúdo e a linguagem audiovisual impactam na classificação atribuída.

O representante esclareceu que a atribuição da classificação é um procedimento técnico, não sendo possível flexibilizá-la com base em interpretações subjetivas sobre a intenção dos criadores. Reforçou que o objetivo é orientar e apoiar o setor na produção de conteúdos compatíveis com as faixas etárias pretendidas.

Por fim, sugeriu que o tema da Classificação Indicativa seja incluído na pauta de discussões futuras do Conselho, colocando-se à disposição para apresentar materiais técnicos e colaborar na construção de uma abordagem mais integrada

sobre o assunto.

A Secretária Joelma Gonzaga agradeceu a manifestação do representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sr. Eduardo, ressaltando a pertinência de suas considerações. A Secretária destacou que a classificação indicativa é um tema que deve, de fato, ser transversal a todas as discussões do setor audiovisual, por se tratar de uma política essencial que permeia toda a cadeia produtiva.

Mencionou que o tema foi tratado recentemente em reunião na Casa Civil, da qual participou a conselheira **Carla Ramos**, por ocasião de debates sobre o streaming público. Reforçou que a classificação indicativa foi um dos principais pontos tratados na ocasião, agradecendo ao conselheiro Eduardo pela parceria, prontidão e agilidade no apoio técnico relacionado ao lançamento da plataforma de streaming.

Em seguida, o **Conselheiro Cid Antônio Paraguassu, representante do Ministério da Fazenda (MF)**, parabenizou a Secretária Joelma pelo trabalho desenvolvido e destacou a colaboração existente entre o Conselho e o Ministério da Fazenda, especialmente em encontros realizados para troca de informações e levantamento de subsídios técnicos.

O conselheiro relatou que tais interações possibilitaram debates relevantes com a equipe responsável pela reforma tributária, incluindo discussões sobre leis de incentivo estaduais, tema que chegou a ser debatido em uma mesa do NordesteLab neste ano. Explicou que, por motivos de afastamento temporário de suas funções na Fazenda, ficou temporariamente ausente do Conselho, mas reafirmou sua disposição para retomar a participação ativa nas atividades.

Manifestou concordância com as três pautas apresentadas no documento da agenda interministerial, relacionadas ao Ministério da Fazenda, e sugeriu incluir contribuições sobre temas ligados à regulamentação de plataformas digitais, de modo mais amplo. Informou que o Ministério está atualmente envolvido em tomadas de subsídios sobre o assunto e que foi elaborado um Projeto de Lei voltado à concorrência em plataformas digitais, com foco na estrutura geral do ambiente de negócios e nos serviços de streaming.

Concluiu, colocando-se à disposição para seguir colaborando com o Conselho, sobretudo na etapa de conclusão e apresentação do Plano de Diretrizes e Metas, prevista para reunião próxima.

Na sequência, a **Sra. Márcia de Fátima Lins e Silva, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)**, justificou a ausência do Secretário Wallace Moreira Lima, titular no Conselho, por motivo de agenda, bem como a ausência da suplente, Sra. Adriana de Azevedo Silva Teixeira, em razão de férias.

Márcia de Fátima afirmou que os pontos tratados na reunião estão em consonância com as pautas do MDIC, destacando que o Ministério vem conduzindo a construção do plano de ação no Grupo de Trabalho do Audiovisual, inserido na Nova Indústria Brasil (NIB). Ressaltou que será importante manter articulação constante entre o MDIC e o Conselho Superior de Cinema, para que os resultados sejam relatados e acompanhados de forma integrada.

A Secretária Joelma Gonzaga agradeceu a contribuição da representante e, em seguida, concedeu a palavra ao **Sr. Thiago Alves da Silva Costa, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)**.

O conselheiro destacou o papel do cinema como instrumento de promoção dos direitos humanos, mencionando a Mostra de Cinema e Direitos

Humanos, prevista para ocorrer no final do ano, como exemplo de ação voltada à valorização dos públicos e ao combate às violações de direitos.

Thiago Alves afirmou que o Ministério está alinhado com as diretrizes apresentadas no plano de trabalho, especialmente no que diz respeito à valorização da diversidade e à inclusão social. Contudo, ponderou que as ações relativas ao MDHC, inseridas na proposta de agenda interministerial, abrangem um escopo mais amplo de temas, alguns dos quais atualmente estão sob a responsabilidade de outros ministérios, como o Ministério das Mulheres e o Ministério dos Povos Indígenas.

Sugeriu, portanto, que o Conselho considere a participação desses ministérios nos debates futuros, de forma integrada, reforçando a disposição do MDHC em colaborar de maneira conjunta e permanente.

Tendo em vista a manifestação do Conselheiro Thiago, a **Coordenadora-Geral, Renata Magioli**, esclareceu que os temas mais abrangentes relacionados aos Direitos Humanos foram incluídos como proposta de pauta da Pasta, devido à ausência de previsão legal de representação dos ministérios específicos, como o Ministério das Mulheres e o Ministério dos Povos Indígenas, no referido colegiado. Assim, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania atua de forma abrangente, representando essas pautas e as respectivas temáticas sociais relacionadas a direitos e cidadania.

A **Coordenadora-Geral, Renata Magioli** destacou que todos os conselheiros que desejarem poderão enviar novas sugestões por e-mail. Ressaltou que foram encaminhadas, previamente, tanto a proposta de Agenda Interministerial quanto a do Plano de Trabalho para o biênio 2025-2027, com o objetivo de integrar as sugestões já registradas e as que ainda vierem a ser apresentadas.

Informou, ainda, que, após a reunião do Conselho, marcada para o dia 03 de outubro, será disponibilizado um formulário on-line para consolidação das contribuições e sugestões referentes à agenda interministerial, de modo a possibilitar uma contribuição ampla e a elaboração de uma relação final aprimorada, considerando também o debate do pleno.

Em seguida, a **Diretora de Preservação e Difusão Audiovisual, Sra. Daniela Santana Fernandes**, agradeceu a participação de todos e reforçou a importância de que o Painel de Oportunidades, inserido como proposta de ação na Agenda Interministerial, não se restrinja apenas às iniciativas de financiamento. Destacou a necessidade de contemplar também parcerias e políticas públicas desenvolvidas por cada ministério, citando como exemplo a parceria com a Mostra de Cinema e Direitos Humanos, que contribuiu para o fortalecimento da rede exibidora socioeducativa e para o desenvolvimento de ações conjuntas com o CNJ, voltadas aos públicos em situação de privação de liberdade.

A Diretora ressaltou, ainda, a relevância de manter o espaço aberto para contribuições sob a ótica dos diferentes ministérios, de forma a identificar pontos de interlocução com o campo do audiovisual. Mencionou, como exemplo, as políticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), especialmente, no que se refere à importação e exportação, que podem representar oportunidades de inserção do setor audiovisual.

Concluiu, destacando que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) também vem desenvolvendo, desde 2023, pautas conjuntas voltadas ao fortalecimento dessas ações integradas. Agradeceu a Secretária pela condução da reunião e encerrou sua fala desejando uma boa tarde a todos.

A **Coordenadora-Geral, Renata Magioli** informou que o formulário, a

ser encaminhado aos membros representantes do Governo, contará, também, com um espaço destinado à indicação e registro dos instrumentos de financiamento, sob a gestão dos ministérios, que possam ter interlocução com o setor audiovisual, bem como de propostas de parcerias para políticas públicas conjuntas, envolvendo a Cultura, o Audiovisual e os ministérios que integram o Conselho Superior de Cinema.

Por fim, a Secretária do Audiovisual, Joelma Gonzaga, encerrou a reunião agradecendo o empenho, a colaboração e o comprometimento de todos os participantes nas ações desenvolvidas no âmbito do Conselho Superior de Cinema. Destacou que o próximo encontro será realizado no dia 03 de outubro, ocasião em que ocorrerá a cerimônia de posse dos membros do Conselho, conduzida pela Ministra da Cultura, Margareth Menezes, bem como a reunião de apresentação da agenda, da metodologia, do plano de trabalho e informes gerais.

Ministério da Cultura (Presidência)

Joelma Oliveira Gonzaga
Renata Magioli Santos
Daniela Santana Fernandes

Casa Civil da Presidência da República

Carla Ramos

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Adriana de Azevedo Silva Teixeira

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Thiago Alves da Silva Costa

Ministério da Fazenda

Cid Antônio Paraguassu de Andrade Junior

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Eduardo de Araújo Nepomuceno

Ministério do Planejamento e Orçamento

Anderson Luiz Alves de Oliveira
Paulo Henrique Possas



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rafael Gonçalves Gonçalves, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Cid Antonio Paraguassu de Andrade Junior, Usuário Externo**, em 13/04/2026, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Araújo Nepomuceno, Usuário Externo**, em 16/04/2026, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Alves Da Silva Costa**, **Usuário Externo**, em 16/04/2026, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2679851** e o código CRC **8B875DF9**.
